

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Ajuda extra para fechar as contas	3
O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Especialistas criticam aperto no crédito tributário	5
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Controle de bebidas tem de ser retomado, diz TCU	7
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Porto Seguro e CBA derrubam no Carf autuações sobre PLR	9
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Reforma tributária e harmonização processual - OPINIÃO JURÍDICA	11
BEM PARANÁ - CURITIBA - PR - BEM RAPIDINHO RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Receita Federal faz 13ª apreensão de cocaína no Porto de Paranaguá	13
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Isenção de IR para visão monocular - RECLAMAR ADIANTA	14
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Dividendos de estatais como BNDES e Petrobras dão ajuda extra ao governo para equilibrar contas	16
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL	
Aumento de tributo como compensação	18
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL	
Os devedores da Previdência Social - CELSO MING	20
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS SEGURIDADE SOCIAL	
INSS prorroga ação de redução de fila	21
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
INSS: governo tenta acelerar pedidos	22
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL	
Governo sugere aumento do JCP para compensar desoneração da folha	23
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Prazo para votação cria impasse no Congresso	26

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula diz a trabalhadores que quer acabar com a cobrança de Imposto de Renda sobre a PLR 28

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados poderão ter aumento real de gastos e juro zero (Editorial) 30

O GLOBO - RJ - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Y20 quer taxar super-ricos para capacitar os jovens 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Volta de vinculações vai custar R\$ 1,7 tri, estima IFI 34

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Plano econômico de Kamala deve reembalar projetos de Biden 35

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Congresso perdoa partidos e reduz cota racial em eleições 37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Meta exige superávit de R\$ 36 bi em 5 meses 39

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Visão do mercado sobre economia dos EUA vai de recessão a resiliência 40

Ajuda extra para fechar as contas

THAÍS BARCELLOS E ELIANE OLIVEIRA
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

EQUILÍBRIO FISCAL - Em busca de meios para fechar as contas deste ano, a equipe econômica tem uma nova carta na manga para alcançar o equilíbrio: os dividendos do BNDES. No governo, já está claro que serão requisitados mais recursos do banco de fomento estatal se isso for necessário para atingir a meta fiscal ou evitar novos contingenciamentos.

O presidente da instituição, Aloizio Mercadante, já sinalizou disposição de ajudar o Ministério da Fazenda. Há, ainda, confiança que a Petrobras também deverá dar sua contribuição com a distribuição da outra metade dos dividendos extraordinários de 2023, mesmo após o primeiro prejuízo desde 2020, registrado no segundo trimestre.

No caso do BNDES, a equipe do ministro Fernando Haddad, vai avaliar o tema e, se necessário, requisitar o dinheiro. É obrigatório por lei o repasse de 25% do lucro do BNDES ao governo, mas o estatuto do banco permite que a fatia chegue a 60% em dividendos complementares.

Já foi aprovada neste ano a distribuição de R\$ 15 bilhões para a União, dos quais cerca de R\$ 10 bilhões são referentes ao lucro de 2023, ou 50% do resultado. Haveria, portanto, mais R\$ 2 bilhões que poderiam ser requisitados relativos ao ano passado. Esse valor extra é retirado de uma conta de reserva, abastecida com 35% do lucro do banco.

Nesta semana, o BNDES divulgou lucro líquido de R\$ 7,2 bilhões no primeiro semestre, um salto de 94,3% ante o mesmo período de 2023. Na ocasião, Mercadante, afirmou que há intenção de distribuir mais dividendos ao Tesouro Nacional, de modo a contribuir com o "esforço" da Fazenda de equilibrar as contas do governo. Além da fatia complementar do lucro de 2023, o diretor Financeiro e de Mercado de Capitais do banco, Alexandre Abreu, disse que há mais reservas relativas a anos anteriores.

Uma maior distribuição de dividendos pelo BNDES é considerada natural pela equipe econômica, visto que a União é o único acionista do banco, que está saudável, vem dando lucro e tem sobra de capital. Pior seria correr o risco de não cumprir a meta fiscal, gerando prejuízos de credibilidade para o governo, com efeitos sobre a **inflação** e as taxas de juros.

ESTRATÉGIA NÃO É NOVIDADE

Um interlocutor da Fazenda acrescenta que há "vários cenários" em estudo sobre o BNDES. O governo vai requisitar uma parcela do lucro do banco "se for preciso para não haver contingenciamento ou para fechar as contas do ano".

A estratégia não é nova. Presidentes anteriores já contaram com essa ajuda para cumprir a meta fiscal, como Jair Bolsonaro e Dilma Rousseff.

O banco já devolveu a maior parte do montante de R\$ 440,8 bilhões captados junto ao Tesouro Nacional entre 2008 e 2014, mas esses recursos são financeiros e só podem ser usados para abater a dívida pública.

A contribuição da Petrobras para a meta fiscal de 2024 também já é dada como certa no Ministério da Fazenda, mesmo após o prejuízo bilionário no segundo trimestre deste ano.

O Conselho de Administração da estatal ainda tem de decidir se vai distribuir a segunda metade dos dividendos extraordinários relativos ao resultado do ano passado, mas a contribuição já é considerada nas projeções do governo para o equilíbrio fiscal deste ano.

Um integrante da equipe econômica afirma que os dividendos ainda não foram pagos em sua totalidade, mas já estão comprometidos. No primeiro semestre, após impasse em torno da capacidade de investimento da empresa, a companhia distribuiu R\$ 21,95 bilhões em dividendos extraordinários, dos quais R\$ 6 bilhões foram destinados aos cofres da União, que detém a maioria das ações. Nas previsões orçamentárias, já são considerados mais R\$ 13 bilhões em dividendos extraordinários da estatal.

A Petrobras também já contribuiu com o esforço fiscal no ano ao fechar um acordo tributário com a União que renderá R\$ 11,85 bilhões aos cofres do Tesouro Nacional.

Procurados, BNDES e Petrobras não se manifestaram.

Ainda há dúvidas entre os analistas sobre a capacidade de arrecadação do governo com algumas fontes extraordinárias, como os desempates nos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e a concessão de ferrovias.

Em relação a possíveis surpresas em despesas obrigatórias, a saída deve ser o aumento do bloqueio em gastos discricionários.

DÉFICIT NO LIMITE DA META

Atualmente, a projeção do governo é de déficit primário de R\$ 28,8 bilhões este ano, já no limite de tolerância da meta zero.

No mês passado, o governo congelou R\$ 15 bilhões no Orçamento para cumprir as regras fiscais. Foram R\$ 3,8 bilhões em contingenciamento para ficar dentro da meta de resultado primário e R\$ 11,2 bilhões em bloqueios para não superar o limite de gastos e fazer frente ao crescimento ininterrupto de despesas com benefícios previdenciários e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A contenção fiscal causou estresse nos ministérios, que correram para gastar de modo a tentar evitar cortes em programas importantes.

Para se precaver, caso seja necessário novo congelamento, o Ministério do Planejamento colocou limites para o empenho das pastas nos próximos meses.

Além do caminho via dividendos, o Ministério da Fazenda espera obter R\$ 26 bilhões com a aprovação da compensação da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores econômicos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Especialistas criticam aperto no crédito tributário

VINÍCIUS NEDER

A força-tarefa da **Receita Federal** para apertar a fiscalização contra eventuais fraudes de empresas que recorrem à chamada "compensação cruzada" -quando créditos de um tributo são usados para quitar o pagamento de outros -revelada pelo GLOBO, poderá atrapalhar o fluxo de caixa de boa parte das firmas de porte médio para cima, exigindo um aumento, no curto prazo, de gastos com o pagamento de **impostos**, alertam tributaristas.

Mesmo assim, o governo poderá encontrar dificuldades para levantar as receitas que almeja. Especialistas ouvidos pelo GLOBO lançaram dúvidas sobre os valores aventados pela Receita, avaliando que as fraudes não são generalizadas e, geralmente, envolvem valores baixos.

Estimativas do Ministério da Fazenda mencionadas pelo ministro Fernando Haddad apontam que o uso indevido do recurso tributário poderia chegar a R\$ 25 bilhões. Ou seja, esse seria o potencial de arrecadação pela "força-tarefa" da Receita.

O aperto na fiscalização é mais uma tentativa da equipe econômica de ampliar as receitas públicas restringindo compensações. Elas ocorrem quando a empresa usa créditos tributários (valores pagos a mais em **tributos**, por qualquer motivo) para pagar outros ou novos **impostos** devidos. Segundo tributaristas, o uso das compensações é corriqueiro na gestão da grande maioria das empresas. Com exceção dos pequenos negócios do regime especial Simples -firmas com faturamento anual de no máximo R\$ 4,8 milhões -, a prática é espalhada por todos os setores da economia, sem distinção.

A possibilidade de fazer a "compensação cruzada" para pagar qualquer tributo federal está prevista em lei desde 2018, explica o tributarista Pedro Siqueira, sócio do escritório Bichara Advogados.

MP CRIOU LIMITE

Em dezembro de 2023, a Fazenda já tinha feito uma restrição. Uma medida provisória (MP), convertida em lei pelo Congresso, criou um limite anual para o uso das compensações garantidas por decisão judicial -ou seja, disputas sobre diferenças de interpretação entre

empresas e Receita sobre o direito a créditos tributários. Em junho, uma nova MP tentou proibir o uso de todas as compensações cruzadas. Diante da reclamação generalizada do empresariado, o Congresso devolveu a parte da MP que mudava esse ponto.

Para Vivian Casanova, sócia do BMA Advogados, a estimativa do governo de que o uso indevido do recurso poderia chegar a R\$ 25 bilhões "soa muito exagerada": - Os casos que conheço são de empresas que usam de forma regular. Não tem fraude. Até porque a Receita tem muitos instrumentos sistêmicos de controle.

O principal instrumento de controle da Receita nesse caso é o programa do Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP). É um software que funciona nos moldes do programa para o envio da Declaração Anual das pessoas físicas.

Vivian explica que o próprio sistema já é configurado para não aceitar créditos em desacordo com as normas, bloqueando o envio de declarações em desacordo. Daniel Tessari, tributarista do Kincaid Mendes Vianna Advogados, contou que, atualmente, o programa do PER/ DCOMP tem rejeitado automaticamente declarações de compensação de créditos gerados há mais de cinco anos, mesmo que a legislação não estabeleça prazo para o uso dos créditos.

Esse é um dos motivos pelos quais os especialistas creem em aumento de ações judiciais sobre o tema.

Outro motivo seria a eventual demora na fiscalização sobre os pedidos de compensação. As normas da Receita preveem prazo para a investigação ser concluída, mas, enquanto os fiscais se debruçam sobre o caso, o uso do crédito fica congelado, ressaltava Siqueira. A restrição à compensação do pagamento de outros **tributos** com os créditos não chega a elevar o quanto se paga de **impostos** no fim do dia, diz Vivian, do BMA, mas afeta o fluxo de pagamentos. Isso atrapalha as empresas porque terão que aumentar o pagamento no curto prazo, ainda que possam usar o crédito mais à frente, ou seja, o aumento da carga tributária se dá apenas no curto prazo.

Do ponto de vista da Fazenda, o fluxo importa. Como a meta fiscal é do ano calendário, se a Receita arrecada mais no curto prazo ajuda no cumprimento do prometido equilíbrio entre receitas e despesas.

"Os casos que conheço são de empresas que usam de forma regular. Não tem fraude. Até porque a Receita tem muitos instrumentos sistêmicos de controle" Vivian Casanova, tributarista sócia do BM A Advogados

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Controle de bebidas tem de ser retomado, diz TCU

Marcos de Moura e Souza De São Paulo

Um sistema de controle para reduzir risco de sonegação e de fraudes na fabricação de bebidas no país terá de ser retomado. A decisão é do Tribunal de Contas da União (TCU) e contraria a **Receita Federal**.

Entre 2009 e 2016, a Receita manteve em vigor o chamado Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe). O sistema envolvia equipamentos instalados nas fábricas que gravavam selos digitais nas garrafas e nas latas de cerveja, suco, água e outras bebidas. A tecnologia ficava a cargo da Casa da Moeda. O objetivo era fazer a contagem da produção para melhor controle fiscal.

Mas em 2016, a própria Receita decidiu que o sistema de controle não seria mais obrigatório. Uma das justificativas era que o método era caro demais para o orçamento do órgão. O valor anual para mantê-lo chegou a R\$ 1,4 bilhão. A Receita também apontou que o sistema não era eficiente.

A decisão foi questionada, principalmente porque um ano antes, em 2015, uma lei federal (13.097) havia estabelecido que empresas de bebidas passavam a ficar "obrigadas a instalar equipamentos contadores de produção, que possibilitem, ainda, a identificação do tipo de produto, de embalagem e sua marca comercial".

O assunto, então, chegou ao Tribunal de Contas da União (TCU). E no ano passado, a decisão foi que diante da lei de 2015 a Secretaria da **Receita Federal** não poderia ter suspenso o sistema de controle do setor de bebidas.

A Receita, por meio da Advocacia Geral da União, recorreu. E na terça-feira 14, veio a resposta. O tribunal rejeitou o recurso e determinou, com o voto do relator, o ministro Vital do Rêgo, que o setor de bebidas no Brasil tem de retomar um sistema de controle.

Segundo ele, não necessariamente o mesmo modelo do Sicobe. "Quaisquer outras soluções passíveis de implementação e que atendam o objetivo legalmente previsto de controle de produção de bebidas podem e devem ser estudadas e colocadas à mesa" escreveu o ministro em seu voto. Ele citou, como exemplo, o

projeto Rota Brasil, em discussão na Receita. "O que não se admite é que se negue vigência ao comando legal [a lei de 2015] em discussão, cenário no qual estamos hoje."

O Tribunal deu 60 dias para o cumprimento da decisão, prazo que pode ser reavaliado.

O setor da cerveja reagiu chamando a atenção para o risco de que a imposição de um novo sistema de controle possa trazer impactos à produção. Por meio de nota, o Sinclicerv, que reúne as gigantes Ambev e Heineken e outras menores, afirmou: "A indústria cervejeira apoia um controle tributário que seja eficiente, transparente e que não penalize as indústrias que cumprem com seus deveres perante a **Receita Federal**, sobretudo no que diz respeito aos

custos envolvidos. O setor avalia com cautela os impactos da decisão do TCU e reforça o compromisso de continuar cumprindo seus deveres fiscais independentemente do sistema usado pelo Fisco." Vital do Rêgo citou em seu voto que o Sicobe permitiu reduzir a sonegação no setor. "No primeiro ano de operação, em 2009, o Sicobe registrou "crescimento" de 46% na produção de bebidas em relação aos dados declarados pelas empresas no ano anterior", escreveu ele. "É notório que não houve tal incremento de produção. O que houve foi que esses números, antes opacos, vieram à tona, conheceram a luz do dia e permitiram melhor entendimento e dimensionamento do quanto se produz de bebida no país, tudo isso possibilitado pela implantação do Sicobe."

A Casa da Moeda sustenta que o Sicobe continua sendo uma tecnologia avançada "e completamente aderente as necessidades definidas pela **Receita Federal**".

A AGU disse que não cabe mais recursos no TCU e que cabe à Receita decidir se tentará outro caminho. Consultada pelo Valor, a Receita não se pronunciou.

Para a Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF), a retomada do controle de produção vai combater devedores contumazes e "dificultar o acesso de quadrilhas a insumos para falsificação de bebidas, promovendo uma concorrência mais justa e leal e enfraquecendo o crime organizado".

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187958?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187958?page=1§ion=1)**

Porto Seguro e CBA derrubam no Carf autuações sobre PLR

Por Adriana Aguiar - De São Paulo

Os contribuintes conseguiram, no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, dois importantes precedentes na disputa com a **Receita Federal** sobre tributação de valores de Participação nos Lucros e Resultados (PLR). As decisões, ambas unânimes e proferidas pela 1ª Turma da 1ª Câmara da 2ª Seção, beneficiam a Porto Seguro e a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA).

A tributação da PLR, tanto de celetistas quanto de estatutários, é motivo de briga histórica entre a Receita e contribuintes. No **Carf**, na maioria dos julgamentos, as empresas têm sido derrotadas, segundo especialistas - por isso, a importância desses recentes precedentes.

As discussões se dão em torno da Lei nº 10.101, de 2000, que regulamenta a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas. A norma estabelece critérios - entre eles, que os termos precisam ser negociados entre empregador e empregados, que as metas devem ser claras e objetivas e o benefício amplamente divulgado.

Quando a **Receita Federal** entende que requisitos não foram cumpridos, os valores deixam de ser considerados PLR e o órgão passa a cobrar da empresa contribuição previdenciária.

No caso da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), a fiscalização entendeu que as regras do plano de PLR de 2013 não estavam claras e autuou a empresa, determinando o pagamento da contribuição previdenciária. Na 1ª Turma da 1ª Câmara da 2ª Seção, porém, a autuação fiscal foi derrubada, por unanimidade.

Em seu voto, a relatora, conselheira Ana Carolina da Silva Barbosa, destaca que, "ao contrário do que afirmado pela fiscalização, entendo que o sistema de metas apresenta definições claras de quais são os cargos elegíveis, considerados como 'cargos de chefia' e especializados, das metas coletivas e individuais, e que as informações estão transparentes para os empregados e de acordo com as regras estabelecidas nos acordos".

Para a conselheira, no caso, não há desvirtuamento

do programa implementado e o "acordo atende aos requisitos legais para fins de não incidência da contribuição previdenciária sobre os valores distribuídos aos trabalhadores" (processo nº 19515.720948/2019-21).

O mesmo entendimento foi aplicado no caso da Porto Seguro, que foi autuada sobre pagamentos a título de PLR feitos em 2017 e 2018. O processo também foi de relatoria da conselheira Ana Carolina da Silva Barbosa.

Ela afirma, na decisão, que "os critérios e condições (premissas básicas) adotados constam dos acordos, e o detalhamento das metas/objetivos, dos grupos e blocos, eram trazidos de forma mais detalhada no Manual do Programa de PLR. Contudo, é possível verificar a clareza e a objetividade das regras do plano no próprio acordo e anexos" (processo nº 16327.720533/2022-82).

Segundo o advogado que assessora a Porto Seguro no processo, Leandro Cabral, sócio do escritório Velloza Advogados, o entendimento da turma é extremamente sensato e atento aos casos concretos, em detrimento das teses, ao concluir que os planos de PLR existentes têm regras claras e objetivas.

Cabral afirma que o tema PLR tem sido "o novo ágio do **Carf**", ou seja, em geral, as empresas têm perdido essas discussões com a atual composição do conselho. "Mas não de vencer, ainda que no Judiciário. Sou o maior torcedor para que as empresas ganhem essa discussão porque ela é a alegação do Fisco mais genérica que já vi", diz o advogado, acrescentando que ter ou não regras claras e objetivas pode ser muito subjetivo.

Para ele, quem deveria fiscalizar a validade ou não de planos de PLR seria o Ministério do Trabalho e Emprego e não a **Receita Federal**, uma vez que os termos são assinados tanto pelas empresas quanto pelos sindicatos de trabalhadores.

De acordo com Caio Taniguchi, do escritório TozziniFreire Advogados, ficou demonstrado, no caso da Porto Seguro, que todas as pessoas tinham ciência e as regras de fato eram claras e objetivas. No da CBA, acrescenta, os conselheiros admitiram ser possível ter regras de PLR em documento apartado,

desde que haja um racional vinculado ao acordo, e conhecimento prévio por parte dos empregados beneficiados.

Taniguchi considera essas decisões bons precedentes e que não são isoladas, já que os textos fazem menções a acórdãos da Câmara Superior - última instância do tribunal administrativo. "É importante ver que essas turmas novas ou que tiveram uma recomposição significativa estão decidindo dessa maneira", diz o advogado.

Os contribuintes, afirma, estão temerosos de como será o comportamento dos novos conselheiros ou das novas turmas a respeito de temas que mesmo que antigos em algum momento sofreram alguma reviravolta, por conta de uma visão mais fiscalista do conselho. "Mas é claro que não é nada pacificado. Eu não me surpreenderia se viessem decisões desfavoráveis a respeito do tema, até porque o Judiciário também é oscilante nesse tema."

Procurada pelo Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informou, por meio de nota enviada por sua assessoria de imprensa, que "estuda os casos para avaliar os critérios adotados pelas decisões para determinar a regularidade dos programas de participação nos lucros e resultados". E que, "caso haja divergência em relação aos parâmetros adotados por outras turmas, serão apresentados recursos especiais para que a Câmara Superior de Recursos Fiscais defina as questões controvertidas".

Porto Seguro e CBA também foram procuradas, mas informaram que não comentam processos em andamento.

"Decisões não são isoladas. Textos fazem menções a acórdãos da Câmara Superior"

- Caio Taniguchi

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187958>

Reforma tributária e harmonização processual - OPINIÃO JURÍDICA

Livia De Carli Germano é sócia de Barros Pimentel Advogados, mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário (USP) e ex-conselheira do Carf (1ª Turma da CSRF)

A Câmara dos Deputados aprovou, na noite de terça-feira (13), o segundo projeto de lei para regulamentação da **reforma tributária**, o PLP 108/2024, sobre a criação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS) e do processo administrativo tributário do IBS. Agora, o projeto segue para votação pelo Senado Federal.

Na versão aprovada, o julgamento administrativo do IBS terá diferenças significativas em relação a seu tributo-irmão, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Isso porque, enquanto a CBS será julgada pelo **Carf** e terá o contencioso regido pelas normas do processo administrativo federal, em especial o Decreto nº 70.235/1972, o julgamento de lides envolvendo o IBS será realizado pelo tribunal do CG-IBS, nos termos do que for aprovado no PLP 108/2024.

Em alguns pontos, verificam-se avanços no processo administrativo do IBS, em comparação com o da CBS. Por exemplo, para apresentar sua defesa contra um lançamento de IBS, o contribuinte terá prazo de 20 dias, contado em dias úteis e suspenso no período compreendido entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, enquanto o mesmo lançamento de CBS deverá ser defendido em 30 dias corridos, sem qualquer suspensão de prazo.

Além disso, no caso do IBS será possível apresentar recurso para corrigir omissões, contradições e obscuridades já em primeira instância, o chamado "pedido de retificação", enquanto as normas processuais que regem a CBS apenas autorizam semelhante expediente em segunda instância, embora adotando nomenclatura uniforme com o processo civil para o que se denominou "embargos de declaração".

Apesar de alguns avanços, o PLP 108/2024 pode resultar em imenso retrocesso no âmbito do processo administrativo tributário, ao prevalecer a vedação aos julgadores do IBS de "afastar a aplicação ou deixar de observar a **legislação tributária** sob o fundamento de inconstitucionalidade, ou ilegalidade".

Enquanto isso, pelas regras aplicáveis ao processo

administrativo da CBS, os julgadores apenas estarão impedidos de pronunciar a inconstitucionalidade de leis (súmula **Carf** nº 2), sendo plenamente possível o afastamento de atos normativos editados pela **Receita Federal**, como portarias e instruções normativas, sob o fundamento de contrariedade à lei federal.

A conclusão a que se chega é de que, inegavelmente, haverá divergências entre as decisões proferidas pelos tribunais a julgar a CBS e o IBS, o que ressalta a importância de um mecanismo para a solução de tais impasses, com vistas à uniformização do tratamento aplicável ao mesmo contribuinte com relação a esses **tributos-irmãos**. Nesse contexto, preocupa a ausência de uma instância de uniformização, ainda no âmbito do contencioso administrativo, para divergências entre julgados do IBS e da CBS proferidos para um mesmo contribuinte nos projetos de lei que regulamentam a **reforma tributária**.

De fato, esses se contentam em indicar que a harmonização entre IBS e CBS ficará a cargo do Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias, órgão consultivo criado pelo PLP 68/2024 cujos pronunciamentos serão vinculantes, mas que apenas pode ser provocado pelo presidente do CG-IBS, pela autoridade máxima do Ministério da Fazenda e por entidade representativa de categorias econômicas responsáveis pela nomeação de representantes do contribuinte no CG-IBS.

Assim, o contribuinte que tiver seus casos de CBS e IBS julgados em sentido divergente, respectivamente pelo **Carf** e pelo tribunal do CG-IBS, não poderá levar a questão ao Comitê de Harmonização, nem este terá competência para indicar a solução adequada a seu caso concreto, o que fatalmente levará tais disputas ao Judiciário.

Outro aspecto que merece atenção é a previsão, no PLP 108/2024, de que lançamentos tributários no IBS com "incorrekções ou omissões" possam ser convalidados (artigo 82), assim como a permissão para que a autoridade lançadora altere o lançamento após impugnação (artigo 84, parágrafo 3º), o que levanta questões sobre o respeito ao devido processo legal.

No âmbito administrativo federal, os limites para a convalidação de nulidades são amplamente debatidos

diante das garantias do devido processo legal e da proibição ao cerceamento de defesa, sendo certo que, para a CBS, alterações que resultem em agravamento da exigência inicial, inovação ou alteração da fundamentação legal, exigem a lavratura de auto de infração complementar, devolvendo -se ao contribuinte o prazo para impugnar a matéria modificada (artigo 18, parágrafo 3º do Decreto 70.235/1972), naturalmente observando-se o prazo decadencial original.

O PLP 108/2024 ainda abre espaço para que, no IBS, haja o julgamento, em única instância, de casos de menor valor ou complexidade, em franca negativa ao duplo grau de jurisdição. Enquanto isso, na CBS, embora a lei vede o recurso ao **Carf** em causas de valor inferior a 60 salários mínimos, ao menos está prevista a interposição de recurso a um colegiado: as turmas recursais das Delegacias de Julgamento da **Receita Federal**.

O ideal seria que IBS e CBS fossem julgados por um tribunal único ou, pelo menos, que o contencioso desses **tributos** fosse regido pelas mesmas regras processuais. Todavia, parece que não há mais tempo para o ideal e, no atual contexto, só nos resta esperar o melhor diante do possível. Então, que os debates para aprovação do PLP 108/2024 no Congresso Nacional tenham em conta o objetivo de harmonização entre as normas processuais de IBS e CBS, e que nesse caminho não sejam perdidas as tão caras garantias processuais já conquistadas pelos contribuintes.

Livia De Carli Germano é sócia de Barros Pimentel Advogados, mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário (USP) e ex-conselheira do **Carf** (1ª Turma da CSRF)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187958>

Receita Federal faz 13ª apreensão de cocaína no Porto de Paranaguá

A **Receita Federal** apreendeu na noite da quarta-feira, 56,5 quilos de cocaína no Terminal de Contêineres de Paranaguá. Mochilas com tabletes de cocaína foram encontradas em um contêiner com compensados de madeira em uma carga que seria enviada para a França. Com esta apreensão, já são 1.206,5 kg de cocaína apreendidos pela Receita no porto em 2024. Foi a 13ª apreensão no ano.

Site: Sergio2025

Isenção de IR para visão monocular - RECLAMAR ADIANTA

Francisco Arrighi

Tenho visão monocular. No entanto, o **INSS** alega que eu não tenho direito ao benefício de isenção de IR, afirmando que somente a cegueira total é considerada. Já abri vários protocolos e três deles foram indeferidos. Na **Receita Federal**, me informaram que o **INSS** está errado, pois a Lei 14.126 de 2021 isenta pessoas com visão monocular. O que faço?

(Vera Lucia da Cruz, Niterói)

Segundo Francisco Arrighi, consultor tributário, será necessário entrar com um novo protocolo. Caso seja negado no prazo de 30 dias, o beneficiário deverá entrar com um pedido de recurso administrativo, no qual uma junta de recursos analisa o indeferimento do pedido do benefício.

Caso o recurso seja novamente negado, o beneficiário deverá entrar com um recurso especial, no qual as câmaras de julgamento analisam o indeferimento do recurso do beneficiário.

Caso nenhum dos recursos seja deferido, o beneficiário poderá entrar com uma ação na Justiça Federal, solicitando que seja concedido o benefício de isenção de Imposto de Renda no caso da visão monocular, pois de acordo com o informativo nº 575 do STJ, "os proventos de aposentadoria por portador de cegueira monocular são isentos de imposto sobre a renda".

Com esse pedido judicial, além da possibilidade de obtenção do benefício da isenção do IRRF, poderá também requerer a restituição desde o início do procedimento administrativo.

É fundamental que tentem a via administrativa antes de buscar a via judicial.

O acompanhamento de um advogado especializado pode ser crucial para garantir que todos os direitos sejam respeitados e que o processo seja conduzido da forma mais eficiente possível, salienta o advogado Átila Nunes do serviço www.reclamaradianta.com.br.

com.br.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/12653/16->

08-2024.html

Dividendos de estatais como BNDES e Petrobras dão ajuda extra ao governo para equilibrar contas

Em busca de meios para fechar as contas deste ano, a equipe econômica tem uma nova carta na manga para alcançar o equilíbrio: os dividendos do BNDES. No governo, já está claro que serão requisitados mais recursos do banco de fomento estatal se isso for necessário para atingir a meta fiscal ou evitar novos contingenciamentos.

O presidente da instituição, Aloizio Mercadante, já sinalizou disposição de ajudar o Ministério da Fazenda. Há, ainda, confiança que a Petrobras também deverá dar sua contribuição com a distribuição da outra metade dos dividendos extraordinários de 2023, mesmo após o primeiro prejuízo desde 2020, registrado no segundo trimestre.

No caso do BNDES, a equipe do ministro Fernando Haddad, vai avaliar o tema e, se necessário, requisitar o dinheiro. É obrigatório por lei o repasse de 25% do lucro do BNDES ao governo, mas o estatuto do banco permite que a fatia chegue a 60% em dividendos complementares.

Já foi aprovada neste ano a distribuição de R\$ 15 bilhões para a União, dos quais cerca de R\$ 10 bilhões são referentes ao lucro de 2023, ou 50% do resultado. Haveria, portanto, mais R\$ 2 bilhões que poderiam ser requisitados relativos ao ano passado. Esse valor extra é retirado de uma conta de reserva, abastecida com 35% do lucro do banco.

Nesta semana, o BNDES divulgou lucro líquido de R\$ 7,2 bilhões no primeiro semestre, um salto de 94,3% ante o mesmo período de 2023. Na ocasião, Mercadante, afirmou que há intenção de distribuir mais dividendos ao Tesouro Nacional, de modo a contribuir com o "esforço" da Fazenda de equilibrar as contas do governo.

Além da fatia complementar do lucro de 2023, o diretor Financeiro e de Mercado de Capitais do banco, Alexandre Abreu, disse que há mais reservas relativas a anos anteriores.

Uma maior distribuição de dividendos pelo BNDES é considerada natural pela equipe econômica, visto que a União é o único acionista do banco, que está

saudável, vem dando lucro e tem sobra de capital. Pior seria correr o risco de não cumprir a meta fiscal, gerando prejuízos de credibilidade para o governo, com efeitos sobre a inflação e as taxas de juros.

Estratégia não é nova

Um interlocutor da Fazenda acrescenta que há "vários cenários" em estudo sobre o BNDES. O governo vai requisitar uma parcela do lucro do banco "se for preciso para não haver contingenciamento ou para fechar as contas do ano".

A estratégia não é nova. Presidentes anteriores já contaram com essa ajuda para cumprir a meta fiscal, como Jair Bolsonaro e Dilma Rousseff.

O banco já devolveu a maior parte do montante de R\$ 440,8 bilhões captados junto ao Tesouro Nacional entre 2008 e 2014, mas esses recursos são financeiros e só podem ser usados para abater a dívida pública.

A contribuição da Petrobras para a meta fiscal de 2024 também já é dada como certa no Ministério da Fazenda, mesmo após o prejuízo bilionário no segundo trimestre deste ano.

O Conselho de Administração da estatal ainda tem de decidir se vai distribuir a segunda metade dos dividendos extraordinários relativos ao resultado do ano passado, mas a contribuição já é considerada nas projeções do governo para o equilíbrio fiscal deste ano.

Um integrante da equipe econômica afirma que os dividendos ainda não foram pagos em sua totalidade, mas já estão comprometidos. No primeiro semestre, após impasse em torno da capacidade de investimento da empresa, a companhia distribuiu R\$ 21,95 bilhões em dividendos extraordinários, dos quais R\$ 6 bilhões foram destinados aos cofres da União, que detém a maioria das ações.

Nas previsões orçamentárias, já são considerados mais R\$ 13 bilhões em dividendos extraordinários da estatal.

A Petrobras também já contribuiu com o esforço fiscal no ano ao fechar um acordo tributário com a União que renderá R\$ 11,85 bilhões aos cofres do Tesouro Nacional.

Procurados, BNDES e Petrobras não se manifestaram.

Ainda há dúvidas entre os analistas sobre a capacidade de arrecadação do governo com algumas fontes extraordinárias, como os desempates nos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e a concessão de ferrovias.

Em relação a possíveis surpresas em despesas obrigatórias, a saída deve ser o aumento do bloqueio em gastos discricionários.

Déficit no limite da meta

Atualmente, a projeção do governo é de déficit primário de R\$ 28,8 bilhões este ano, já no limite de tolerância da meta zero.

No mês passado, o governo congelou R\$ 15 bilhões no orçamento para cumprir as regras fiscais. Foram R\$ 3,8 bilhões em contingenciamento para ficar dentro da meta de resultado primário e R\$ 11,2 bilhões em bloqueios para não superar o limite de gastos e fazer frente ao crescimento ininterrupto de despesas com benefícios previdenciários e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A contenção fiscal causou estresse nos ministérios, que correram para gastar de modo a tentar evitar cortes em programas importantes.

Para se precaver, caso seja necessário novo congelamento, o Ministério do Planejamento colocou limites para o empenho das pastas nos próximos meses.

Além do caminho via dividendos, o Ministério da Fazenda espera obter R\$ 26 bilhões com a aprovação da compensação da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores econômicos.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/08/16/dividendos-de-estatais-como-bndes-e-petrobras-dao-ajuda-extra-ao-governo-para-equilibrar-contas.ghtml>

Aumento de tributo como compensação

» **RAFAELA GONÇALVES**

O Senado optou por adiar, para terça-feira, a votação do projeto que prevê medidas de compensação para a desoneração da folha de pagamentos. O líder do governo na Casa e relator do projeto, Jaques Wagner (PT-BA), apresentou seu parecer, ontem, abrindo prazo para acatar sugestões e "aproximar o texto" das demandas dos parlamentares.

O relatório incluiu um dispositivo controverso, que aumenta a cobrança incidente nos Juros sobre Capital Próprio (JCP), de 15% para 20%, com o objetivo de repor a perda de R\$ 25 bilhões dos cofres da União este ano, com a prorrogação da desoneração.

"Estou me comprometendo a negociar até segunda-feira, pois são muitas emendas e destaques chegando, e tentar ao máximo incorporar o que for possível ao texto. Sei quais são os questionamentos, alguns irão para destaque, mas o voto decidirá como seguiremos em frente", disse Wagner.

Ele reconheceu que a medida deve gerar insatisfação entre os senadores.

O projeto propõe pelo menos outras sete fontes de compensação.

De acordo com o líder, esse aumento do JCP só passaria a ser cobrado em janeiro de 2025, caso as outras medidas não fossem capazes de repor as perdas. "Sei que cria desconforto, ninguém gosta de falar de aumento de juros ou contribuição. Agora, insisto que, nesta Casa, há a lei de responsabilidade fiscal", enfatizou.

Os Juros sobre Capital Próprio são um tipo de remuneração que as empresas distribuem aos seus acionistas, sócios ou cotistas. Na prática, é uma forma de distribuição de lucros alternativa aos dividendos.

Foi criada para substituir o desconto da correção monetária na apuração do lucro real e, consequentemente, na base de cálculo de **impostos**.

A sugestão do incremento foi feita pela equipe econômica, conforme explicou o relator. "Alguns deles (dispositivos de compensação), como atualização de ativos, têm um cálculo difícil de se fazer, pois depende de adesão", ressaltou Wagner. "A Receita e a Fazenda discutiram muito um aumento do CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), mas a rejeição foi

latente, e este relator foi buscar um encontro de contas.

Decidimos então trabalhar em algo que já tem seus questionamentos, que é o JCP", emendou.

Em nota, a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) criticou a proposta e Aumento de tributo como compensação afirmou que o aumento da tributação do JCP é um "equivoco".

"Essa medida ainda tende a piorar o mercado e o cenário de investimentos no Brasil, que já conta com um dos piores indicadores de desempenho ao redor do mundo, além de agravar as várias distorções já existentes na tributação sobre a renda", alegou.

A entidade reúne empresas com 40% de participação no Produto Interno Bruto (**PIB**) do país e responde por 80% do valor de mercado das empresas listadas na B3. "A Abrasca acredita que o equilíbrio fiscal deve ser justo do ponto de vista social e garantir a competitividade das empresas brasileiras. O caminho para alcançar esse equilíbrio é a melhor utilização de recursos e ativos públicos, a redução de gastos sem afetar os mais pobres e uma profunda revisão do orçamento federal, para permitir a melhor alocação de recursos e o controle social", enfatizou a associação.

Pente-fino Outra medida de compensação prevista no parecer do relator, proposta pela Receita, é um pente-fino no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Conforme o Ministério da Previdência, o governo avalia economizar R\$ 20 bilhões na revisão dos benefícios previdenciários.

Além disso, o texto propõe a atualização de bens no Imposto de Renda, repatriação de ativos mantidos no exterior, renegociação de multas aplicadas por agências reguladoras, uso de depósitos judiciais e extrajudiciais, além do programa de cadastro dos benefícios fiscais concedidos pelo governo e o uso de recursos esquecidos.

Municípios A reoneração da folha de pagamentos das empresas ocorrerá de 2025 a 2027, com o aumento gradual das alíquotas da contribuição previdenciária e a redução gradual das alíquotas da contribuição sobre a receita bruta.

Um ponto importante do substitutivo apresentado é a reoneração gradual também dos municípios menores,

contemplados pela redução da alíquota da contribuição previdenciária de 20% para 8%. Nesse caso, a alíquota subirá para 12%, em 2025; 16%, em 2026; e 20%, em 2027. Analistas consultados pelo Correio consideram o dispositivo de difícil aprovação.

A implementação das mudanças pode propiciar recursos para a União, mas não há como saber ao certo qual o impacto e como seria distribuído ao longo do tempo. "O principal problema é 2024, com uma renúncia estimada em R\$ 25 bilhões, dada a vigência plena da desoneração e mais da metade do ano já transcorrido. Nos anos seguintes, a renúncia será menor, em vista da reoneração gradual", apontou Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos.

Salto disse não acreditar que seja possível arrecadar um montante relevante de recursos ainda em 2024. "A meta fiscal terá que ser alcançada com cortes de despesa, mesmo com o desempenho muito bom da receita", alertou. "Nos demais anos, especialmente em 2025, os recursos propiciados pelas mudanças poderão ajudar a substituir fontes não recorrentes que contribuíram para a arrecadação, em 2024", acrescentou.

As medidas

Aumento da cobrança de Juros sobre Capital Próprio (JCP), de 15% para 20%;

Atualização de bens no Imposto de Renda;

Repatriação de ativos mantidos no exterior;

Renegociação de multas aplicadas por agências reguladoras;

Pente-fino no **INSS** e programas sociais;

Uso de depósitos judiciais e extrajudiciais;

Programa de cadastro dos benefícios fiscais concedidos pelo governo;

Uso de recursos esquecidos

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6295/15-08-2024.html?all=1>

Os devedores da Previdência Social - CELSO MING

CELSO MING

Sempre que o assunto é o rombo da Previdência e a necessidade de reformas para aumentar a contribuição ou reduzir os benefícios, aparece quem reclame: "Pare de trabalhar para prejudicar o contribuinte e o aposentado. Cobre, primeiro, a dívida multibilionária da Previdência".

O tamanho da dívida ativa da Previdência, de acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ultrapassa os R\$ 712 bilhões. Apenas a soma do passivo dos 500 maiores devedores, entre dívidas regulares e irregulares, alcançava, em janeiro deste ano, os R\$ 153,2 bilhões.

Mas, atenção, a maior parte desses créditos é irrecuperável.

São dívidas que são parte de massas falidas ou de pequenas e médias empresas que desapareceram sem deixar rastros. Entre os dez maiores devedores estão quatro empresas falidas, três em recuperação judicial, uma que saiu recentemente de um processo de recuperação judicial e mais uma cuja dívida foi considerada "ilíquida" pelo Tribunal de Contas da União.

Ainda sobre a dívida dos 500 maiores devedores, R\$ 91,8 bilhões (59,9%) correspondem a passivos irregulares e outros R\$ 26,6 bilhões (17,4%), a incentivos fiscais ou sob processos judiciais sem prazo para conclusão.

Fora desse passivo mensurado estão valores igualmente irrecuperáveis, hoje de difícil mensuração, que correspondem às reservas dos antigos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), que precederam a atual **Previdência Social**, das quais o então presidente Juscelino Kubitschek se apoderou nos anos 1950 para construir Brasília.

Tecnicamente, os tais R\$ 91,8 bilhões correspondentes a dívidas em situação irregular estão em "regime de cobrança".

Mas quem vai cobrar R\$ 4,5 bilhões da Varig, outros R\$ 2,2 bilhões da TelexFree (Ympactus Comercial) ou outro R\$ 1,5 bilhão da Transbrasil?

Há créditos que a Previdência pode, sim, cobrar se agir com maior eficácia. No entanto, mesmo os valores já garantidos são convertidos muito lentamente em virtude da tramitação dos processos judiciais e dos longos prazos dos programas de parcelamentos previdenciários. Talvez ajude muito nesse mister a aprovação de uma lei que autorize a terceirização da cobrança por empresas especializadas, como fazem os bancos com seus devedores. Seria preciso ver se uma cobrança abrupta não acabaria por empurrar o devedor à falência inexorável e seu crédito à condição de irrecuperável.

Mas, outra vez atenção, pelas projeções do Tesouro, o rombo previdenciário para este ano é de R\$ 326 bilhões, magnitude que deverá aumentar ano a ano - se nada se fizer para reduzi-lo.

Se toda a dívida ativa fosse recuperada - e vimos que grande parte não é recuperável -, cobriria o rombo de apenas dois anos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

INSS prorroga ação de redução de fila

O governo federal prorrogou até 13 de novembro o Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social** (PEFPS). A política, que tem o objetivo de acelerar a análise de pedidos de benefícios e diminuir a fila do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), terminaria na terça-feira passada(13).

Entre as principais medidas da política está o pagamento de bônus aos servidores do **INSS** e aos médicos peritos da **Previdência Social** por análises feitas além da capacidade operacional regular das agências.

Criado em julho de 2023, o programa reduziu a fila de requerimentos de 1.794.449 pedidos para 1.359.910, segundo o **INSS**. O tempo médio de concessão caiu de 70 para 39 dias de espera.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

INSS: governo tenta acelerar pedidos

O governo federal prorrogou por três meses a vigência do Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social** (PEFPS), de acordo com portaria publicada na última terça-feira. A iniciativa tem o objetivo de acelerar a análise de pedidos de benefícios e diminuir a fila do Instituto Nacional do Seguro Social.

Uma portaria conjunta que determina o adiamento do prazo de vigência da iniciativa até novembro foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) pelos ministros da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, da **Previdência Social**, Carlos Lupi, e da Casa Civil, Rui Costa.

Entre as principais medidas da política está o pagamento de bônus aos servidores do **INSS** e aos médicos peritos da **Previdência Social** por análises feitas além da capacidade operacional regular das agências.

O programa foi criado em julho do ano passado. A fila do **INSS** iniciou o ano de 2024 com 1,5 milhão de requerimentos, sendo 87 mil à espera no estado do Rio. No encerramento do primeiro semestre, o instituto contabiliza 1,3 milhão de pedidos, enquanto no estado fluminense caiu para 58,4, de acordo com os dados mais recentes do Portal da Transparência do **INSS**.

O estado de São Paulo tem a maior quantidade de pessoas na fila, com 141,8 mil, à frente de Ceará (125 mil), Bahia (116,2 mil), Minas Gerais (114,8 mil), Pernambuco (77,9 mil), Pará (76,7 mil), Paraná (62,4) e Rio de Janeiro (58,4 mi).

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/12653/16-08-2024.html>

Governo sugere aumento do JCP para compensar desoneração da folha

Rafaela Gonçalves

+

O Senado optou por adiar, para terça-feira (20), a votação do projeto que prevê medidas de compensação para a desoneração da folha de pagamentos. O líder do governo na Casa e relator do projeto, Jaques Wagner (PT-BA), apresentou seu parecer, nesta quinta-feira, abrindo prazo para acatar sugestões e aproximar o texto das demandas dos parlamentares.

O relatório incluiu um dispositivo controverso, que aumenta a cobrança incidente nos Juros sobre Capital Próprio (JCP), de 15% para 20%, com o objetivo de repor a perda de R\$ 25 bilhões dos cofres da União este ano, com a prorrogação da desoneração.

Estou me comprometendo a negociar até segunda-feira, pois são muitas emendas e destaques chegando, e tentar ao máximo incorporar o que for possível ao texto. Sei quais são os questionamentos, alguns irão para destaque, mas o voto decidirá como seguiremos em frente, disse Wagner. Ele reconheceu que a medida deve gerar insatisfação entre os senadores.

O projeto propõe pelo menos outras sete fontes de compensação. De acordo com o líder, esse aumento do JCP só passaria a ser cobrado em janeiro de 2025, caso as outras medidas não fossem capazes de repor as perdas. Sei que cria desconforto, ninguém gosta de falar de aumento de juros ou contribuição. Agora, insisto que, nesta Casa, há a lei de responsabilidade fiscal, enfatizou.

Os Juros sobre Capital Próprio são um tipo de remuneração que as empresas distribuem aos seus acionistas, sócios ou cotistas. Na prática, é uma forma de distribuição de lucros alternativa aos dividendos. Foi criada para substituir o desconto da correção monetária na apuração do lucro real e, consequentemente, na base de cálculo de **impostos**.

A sugestão do incremento foi feita pela equipe econômica, conforme explicou o relator. Alguns deles (dispositivos de compensação), como atualização de ativos, têm um cálculo difícil de se fazer, pois depende de adesão, ressaltou Wagner. A Receita e a Fazenda discutiram muito um aumento do CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), mas a rejeição foi

latente, e este relator foi buscar um encontro de contas. Decidimos então trabalhar em algo que já tem seus questionamentos, que é o JCP, emendou.

Em nota, a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) criticou a proposta e afirmou que o aumento da tributação do JCP é um equívoco. Essa medida ainda tende a piorar o mercado e o cenário de investimentos no Brasil, que já conta com um dos piores indicadores de desempenho ao redor do mundo, além de agravar as várias distorções já existentes na tributação sobre a renda, alegou.

A entidade reúne empresas com 40% de participação no Produto Interno Bruto (**PIB**) do país e responde por 80% do valor de mercado das empresas listadas na B3. A Abrasca acredita que o equilíbrio fiscal deve ser justo do ponto de vista social e garantir a competitividade das empresas brasileiras. O caminho para alcançar esse equilíbrio é a melhor utilização de recursos e ativos públicos, a redução de gastos sem afetar os mais pobres e uma profunda revisão do orçamento federal, para permitir a melhor alocação de recursos e o controle social, enfatizou a associação.

Outra medida de compensação prevista no parecer do relator, proposta pela Receita, é um pente-fino no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Conforme o Ministério da Previdência, o governo avalia economizar R\$ 20 bilhões na revisão dos benefícios previdenciários.

Além disso, o texto propõe a atualização de bens no Imposto de Renda, repatriação de ativos mantidos no exterior, renegociação de multas aplicadas por agências reguladoras, uso de depósitos judiciais e extrajudiciais, além do programa de cadastro dos benefícios fiscais concedidos pelo governo e o uso de recursos esquecidos.

A reoneração da folha de pagamentos das empresas ocorrerá de 2025 a 2027, com o aumento gradual das alíquotas da contribuição previdenciária e a redução gradual das alíquotas da contribuição sobre a receita bruta.

Um ponto importante do substitutivo apresentado é a reoneração gradual também dos municípios menores, contemplados pela redução da alíquota da

contribuição previdenciária de 20% para 8%. Nesse caso, a alíquota subirá para 12%, em 2025; 16%, em 2026; e 20%, em 2027. Analistas consultados pelo Correio consideram o dispositivo de difícil aprovação.

A implementação das mudanças pode propiciar recursos para a União, mas não há como saber ao certo qual o impacto e como seria distribuído ao longo do tempo. O principal problema é 2024, com uma renúncia estimada em R\$ 25 bilhões, dada a vigência plena da desoneração e mais da metade do ano já transcorrido. Nos anos seguintes, a renúncia será menor, em vista da reoneração gradual, apontou Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos.

Salto disse não acreditar que seja possível arrecadar um montante relevante de recursos ainda em 2024. A meta fiscal terá que ser alcançada com cortes de despesa, mesmo com o desempenho muito bom da receita, alertou. Nos demais anos, especialmente em 2025, os recursos propiciados pelas mudanças poderão ajudar a substituir fontes não recorrentes que contribuíram para a arrecadação, em 2024, acrescentou.

O Senado optou por adiar, para terça-feira (20), a votação do projeto que prevê medidas de compensação para a desoneração da folha de pagamentos. O líder do governo na Casa e relator do projeto, Jaques Wagner (PT-BA), apresentou seu parecer, nesta quinta-feira, abrindo prazo para acatar sugestões e aproximar o texto das demandas dos parlamentares.

O relatório incluiu um dispositivo controverso, que aumenta a cobrança incidente nos Juros sobre Capital Próprio (JCP), de 15% para 20%, com o objetivo de repor a perda de R\$ 25 bilhões dos cofres da União este ano, com a prorrogação da desoneração.

Estou me comprometendo a negociar até segunda-feira, pois são muitas emendas e destaques chegando, e tentar ao máximo incorporar o que for possível ao texto. Sei quais são os questionamentos, alguns irão para destaque, mas o voto decidirá como seguiremos em frente, disse Wagner. Ele reconheceu que a medida deve gerar insatisfação entre os senadores.

O projeto propõe pelo menos outras sete fontes de compensação. De acordo com o líder, esse aumento do JCP só passaria a ser cobrado em janeiro de 2025, caso as outras medidas não fossem capazes de repor as perdas. Sei que cria desconforto, ninguém gosta de falar de aumento de juros ou contribuição. Agora, insisto que, nesta Casa, há a lei de responsabilidade fiscal, enfatizou.

Os Juros sobre Capital Próprio são um tipo de remuneração que as empresas distribuem aos seus acionistas, sócios ou cotistas. Na prática, é uma forma de distribuição de lucros alternativa aos dividendos. Foi criada para substituir o desconto da correção monetária na apuração do lucro real e, conseqüentemente, na base de cálculo de **impostos**.

A sugestão do incremento foi feita pela equipe econômica, conforme explicou o relator. Alguns deles (dispositivos de compensação), como atualização de ativos, têm um cálculo difícil de se fazer, pois depende de adesão, ressaltou Wagner. A Receita e a Fazenda discutiram muito um aumento do CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), mas a rejeição foi latente, e este relator foi buscar um encontro de contas. Decidimos então trabalhar em algo que já tem seus questionamentos, que é o JCP, emendou.

Em nota, a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) criticou a proposta e afirmou que o aumento da tributação do JCP é um equívoco. Essa medida ainda tende a piorar o mercado e o cenário de investimentos no Brasil, que já conta com um dos piores indicadores de desempenho ao redor do mundo, além de agravar as várias distorções já existentes na tributação sobre a renda, alegou.

A entidade reúne empresas com 40% de participação no Produto Interno Bruto (**PIB**) do país e responde por 80% do valor de mercado das empresas listadas na B3. A Abrasca acredita que o equilíbrio fiscal deve ser justo do ponto de vista social e garantir a competitividade das empresas brasileiras. O caminho para alcançar esse equilíbrio é a melhor utilização de recursos e ativos públicos, a redução de gastos sem afetar os mais pobres e uma profunda revisão do orçamento federal, para permitir a melhor alocação de recursos e o controle social, enfatizou a associação.

Outra medida de compensação prevista no parecer do relator, proposta pela Receita, é um pente-fino no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Conforme o Ministério da Previdência, o governo avalia economizar R\$ 20 bilhões na revisão dos benefícios previdenciários.

Além disso, o texto propõe a atualização de bens no Imposto de Renda, repatriação de ativos mantidos no exterior, renegociação de multas aplicadas por agências reguladoras, uso de depósitos judiciais e extrajudiciais, além do programa de cadastro dos benefícios fiscais concedidos pelo governo e o uso de recursos esquecidos.

A reoneração da folha de pagamentos das empresas

ocorrerá de 2025 a 2027, com o aumento gradual das alíquotas da contribuição previdenciária e a redução gradual das alíquotas da contribuição sobre a receita bruta.

Um ponto importante do substitutivo apresentado é a reoneração gradual também dos municípios menores, contemplados pela redução da alíquota da contribuição previdenciária de 20% para 8%. Nesse caso, a alíquota subirá para 12%, em 2025; 16%, em 2026; e 20%, em 2027. Analistas consultados pelo Correio consideram o dispositivo de difícil aprovação.

A implementação das mudanças pode propiciar recursos para a União, mas não há como saber ao certo qual o impacto e como seria distribuído ao longo do tempo. O principal problema é 2024, com uma renúncia estimada em R\$ 25 bilhões, dada a vigência plena da desoneração e mais da metade do ano já transcorrido. Nos anos seguintes, a renúncia será menor, em vista da reoneração gradual, apontou Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos.

Salto disse não acreditar que seja possível arrecadar um montante relevante de recursos ainda em 2024. A meta fiscal terá que ser alcançada com cortes de despesa, mesmo com o desempenho muito bom da receita, alertou. Nos demais anos, especialmente em 2025, os recursos propiciados pelas mudanças poderão ajudar a substituir fontes não recorrentes que contribuíram para a arrecadação, em 2024, acrescentou.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2024/08/6921355-governo-sugere-aumento-do-jcp-para-compensar-desoneracao-da-folha.html>

Prazo para votação cria impasse no Congresso

**MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA / GIORDANNA NEVES
e GABRIEL HIRABAHASI/BRASÍLIA**

O pedido para que a análise da regulamentação da **reforma tributária** não seja apressada no Senado - apresentado pelo relator do projeto na Casa, senador Eduardo Braga (MDBAM), ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad - abriu uma crise com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O texto foi votado pelos deputados sob regime de urgência, e Lira já avisou aos emissários do governo que não aceita que os senadores não tenham o mesmo tratamento.

Horas após se reunir com Braga, na quarta-feira passada, Haddad ouviu a mensagem do próprio Lira, em reunião que não estava prevista na agenda de ambos. Segundo relatos obtidos pelo Estadão, o presidente da Câmara deixou claro ao ministro que discorda da retirada do regime de urgência, com o argumento de que pode haver atraso na tramitação e fazer com que o lobby de setores econômicos provoque mudanças no texto aprovado na Câmara. Lira quer deixar o cargo, em fevereiro do ano que vem, com a regulamentação da reforma sancionada.

Quando um projeto está sob regime de urgência constitucional, as duas Casas Legislativas têm 45 dias cada uma para concluir a votação em plenário, sob pena de trancar a pauta - quando nenhum outro projeto pode ser votado. Como o pedido de urgência foi feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para retirá-lo é preciso um novo ato de Lula.

Ainda na quarta-feira, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou à reportagem que a urgência não será retirada: "Não vamos retirar a urgência", disse.

O impasse contaminou a votação do segundo texto da regulamentação da **reforma tributária** na Câmara, cuja conclusão estava prevista para a própria noite de quarta-feira. O textobase, votado na terça-feira, retoma plano de cobrança do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) - o imposto sobre herança - em planos de previdência privada.

Ainda falta a votação dos destaques (sugestões de mudanças no texto principal), que só devem ser

apreciados quando se dissolver o impasse sobre a tramitação no Senado.

ELEIÇÕES. A leitura na Câmara é de que os senadores buscam visibilidade em momento de eleições municipais. Ainda que a maioria não concorra neste ano, tratar de um projeto que mexe com temas como a tributação das carnes, dos carros elétricos e das "bets" pode fazer com que senadores dividam holofotes hoje concentrados na Câmara - Casa onde o debate se iniciou e que dará a palavra final sobre o conteúdo que irá a sanção presidencial.

Braga tem defendido que a regulamentação precisa ser debatida com tempo e que não é possível concluir a votação até meados de setembro, quando vence o prazo da urgência constitucional solicitada pelo governo.

Diferentemente da emenda constitucional que originou a **reforma tributária**, promulgada em dezembro, a regulamentação é feita por meio de projetos de lei complementar, o que reduz a margem de mudanças no texto pelo Senado e coloca a Câmara como a revisora final do texto.

-

Pacheco adia para a terça-feira votação de projeto da desoneração

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou ontem que adiou para a próxima terça-feira a votação do projeto de lei da desoneração da folha de pagamentos.

Segundo ele, os partidos apresentaram uma "quantidade considerável" de emendas ao texto.

Relator do projeto na Casa, o senador Jaques Wagner (PT-BA) reconheceu que há dois pontos mais polêmicos no relatório já apresentado: o trecho que obriga as empresas a firmar um termo se comprometendo a manter o mesmo número de empregos ou até a ampliar sua base de funcionários; e o dispositivo que aumenta de 15% para 20% a alíquota de Imposto de Renda sobre o instrumento de Juros sobre Capital Próprio (uma forma de remuneração paga pelas empresas aos seus acionistas), como forma de compensar a desoneração.

Wagner se comprometeu a apresentar na segunda-feira um novo texto. Como o Estadão/Broadcast mostrou, senadores da oposição apresentaram destaque para retirar ambos os trechos do texto final.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Lula diz a trabalhadores que quer acabar com a cobrança de Imposto de Renda sobre a PLR

Renan Truffi e Fabio Couto De Brasília

Em visita a uma fábrica de automóveis, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse para uma platéia de trabalhadores que aguarda para "dar o bote" e encerrar a cobrança de Imposto de Renda sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) - medida que está nos planos do governo desde o ano passado. Lula ponderou que seu governo tem dificuldade para aprovar medidas como essa, destacando que os partidos de sua base de apoio não são maioria no Congresso.

No discurso, o petista comparou a tributação sobre o benefício à isenção de dividendos, após ser cobrado por líderes sindicais sobre a promessa de sua gestão. Ele chegou a criticar especificamente a distribuição de ganhos a acionistas da Petrobras, ao afirmar que a petroleira distribui R\$ 45 bilhões por ano nesse tipo de remuneração.

O presidente renovou ainda a promessa de campanha de isentar quem ganha até R\$ 5 mil de pagar Imposto de Renda até o fim de seu mandato, em 2026. Assim como a isenção sobre o PLR, a medida significaria abrir mão de arrecadação em um momento de desafios para equilibrar as contas públicas.

"Todo mundo que ganha muito não paga Imposto de Renda. O cidadão que ganha R\$ 2 milhões de bônus não paga Imposto de Renda. E é o povo, é o pobre, o trabalhador não tem como escapar porque vem descontado no contracheque dele. [...] O Lula tem um compromisso com isso. Eu só estou esperando a oportunidade para que a gente possa dar o bote e aprovar o fim do Imposto de Renda no PLR", afirmou Lula, na fábrica da Renault em São José dos Pinhais (PR).

O presidente destacou que, apesar de ter ganho as eleições, tem limitações no Legislativo.

"Muitas vezes, a gente só consegue aprovar aquilo que a gente quer se a gente tiver uma maioria de pessoas comprometidas conosco nessa ideia. Nós aprovamos uma **reforma tributária**, ela ainda não foi aprovada totalmente", disse Lula. "Eu ganhei as

eleições e meu partido tem apenas 70 deputados em 513. Se juntar o partido do [vice-presidente Geraldo] Alckmin [PSB], mais os partidos de esquerda, nós temos 120 deputados. Eu tenho 9 senadores de 81. Então, não é fácil aprovar as coisas que a gente quer ver aprovadas."

Ainda na visita ao Paraná, Lula participou da cerimônia de reativação da fábrica de fertilizantes da Petrobras Araucária Nitrogenados (Ansa). A presidente da estatal, Magda Chambriard, também esteve no ato.

A fábrica está hibernada desde 2020, durante o governo Jair Bolsonaro (PL), após apresentar recorrentes prejuízos desde 2013. Na ocasião, a petroleira afirmou que os dados demonstravam falta de sustentabilidade. Com a retomada de investimentos no segmento de fertilizantes, a estatal vai investir R\$ 870 milhões no negócio. Estudos que antecederam a decisão do retorno mostraram a viabilidade técnica e econômica do investimento.

No discurso, Lula criticou a decisão da gestão Bolsonaro de interromper as atividades da unidade.

"A gente não está recuperando apenas uma fábrica de fertilizantes, mas o orgulho do povo brasileiro. Os caras que tentaram fechar essa coisa certamente nunca ficaram desempregados. Eles não sabem o que é um pai de família levantar de manhã e não ter dinheiro para comprar pão. Para eles, isso não interessa. Para eles, vocês são um número estatístico", emendou Lula.

O ato aconteceu na Refinaria

Presidente Vargas (Repar), em Araucária, região metropolitana de Curitiba (PR). A Repar é uma das refinarias que estava prevista para ser entregue à iniciativa privada durante a gestão Bolsonaro. No evento, o governo também anunciou investimentos da Petrobras na Repar, responsável por aproximadamente 15% do mercado nacional de derivados de petróleo. Seus produtos atendem principalmente os mercados do Paraná, Santa Catarina, sul de São Paulo e do Mato Grosso do Sul.

A visita à capital paranaense também foi marcada pela lembrança do presidente de quando ficou preso por mais de 500 dias na superintendência da Polícia Federal em Curitiba. Ao recordar esse período, Lula se emocionou. O presidente ficou detido no âmbito das investigações da Operação Lava-Jato, em 2018, por determinação do então juiz Sérgio Moro (União-PR), que abandonou a carreira jurídica e hoje é senador da República.

"Eu sou muito grato ao trabalho que vocês fizeram aqui durante os 580 dias em que fiquei na PF. Tem gente que consegue gravar uma música que gosta pelo resto da vida, pois a minha música era o "bom dia", "boa tarde" e "boa noite" [dos apoiadores presentes na porta da PF], todo santo dia, durante 580 dias, fazendo frio, calor ou chovendo. Eu ouvia da cela em que eu estava o pessoal cantando parabéns, comemorando aniversário. E aquilo marcou a minha vida", disse Lula.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187958?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187958?page=1§ion=1)**

Estados poderão ter aumento real de gastos e juro zero (Editorial)

O governo Lula acredita que os investimentos do Estado impulsionam a economia, não importa o tamanho da dívida pública. Não havia, assim, motivos para que se opusesse à diluição das exigências para que Estados e municípios paguem suas dívidas, reduzindo tão mais os juros quanto mais investimentos realizarem. O projeto de renegociação da dívida dos Estados, Propag, é isso: em vez de tentar uma saída para os juros, mas coibindo de alguma forma as despesas de maus pagadores, reduz o custo de suas dívidas se gastarem mais.

No primeiro governo de Dilma Rousseff, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, suavizou a avaliação do Tesouro para que Estados e municípios pudessem se endividar mais e aumentou a oferta de crédito para eles. O governo Lula está fazendo a mesma coisa. Sem base no Congresso, em ano eleitoral, aceita as condições estabelecidas pelos devedores para quitar débitos. A iniciativa para reduzir a carga sobre os Estados partiu do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que encaminhou proposta que reduz os juros da dívida estadual virtualmente a zero-Minas Gerais, terceiro maior devedor, dá calote há tempos, como o Rio de Janeiro, o segundo em dívidas. O provável sucessor de Pacheco no comando do Senado, David Alcolumbre (UB-AP), tornou o projeto ainda mais favorável aos devedores.

O problema premente da dívida se concentra em quatro Estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul detêm 90%, ou R\$ 720 bilhões, do estoque dos débitos. O governo paulista paga suas dívidas em dia, os outros três, não.

O projeto que passou no Senado foi concebido para resolver a situação desses três Estados e facilitou as condições dos demais, que estão pagando seus débitos em dia.

Por 70 votos a 2, o Senado aprovou a redução do indexador da dívida, hoje de IPCA mais 4%, para apenas o IPCA, sob determinadas circunstâncias. Os Estados poderão repassar à União ativos, como empresas estatais, e, se forem equivalentes a 10% ou 20% do total de débitos, os juros diminuirão 1 e 2 pontos percentuais, respectivamente. Os restantes 2% podem ser abatidos se os Estados aportarem recursos equivalentes em um fundo de equalização, a ser utilizado por eles mesmos ou pelos que estão com os

débitos em dia.

Caso não tenha ativos para repassar à União, o Estado poderá dividir igualmente o abatimento de 4% de juros entre remessas ao fundo de equalização e aumento dos investimentos em infraestrutura, educação profissional, habitação, educação, saneamento, adaptação a mudanças climáticas, segurança pública e transporte, exatamente as funções essenciais do poder público.

O governo Lula não tentou evitar as liberalidades acopladas ao projeto, e até tentou introduzir um jabuti para reduzir o cálculo da receita corrente líquida, que indexa os gastos obrigatórios com educação da União (15%). Os partidos aliados estranharam, a ideia foi arquivada e os senadores petistas votassem a favor do texto ampliado por Alcolumbre.

Alcolumbre estabeleceu nova via de abatimento, a partir de 2029. Com a **reforma tributária**, a União terá de custear um fundo de desenvolvimento regional para compensar perdas de arrecadação com as mudanças. A conta passa de R\$ 450 bilhões em 20 anos. O texto aprovado no Senado permite que esse dinheiro possa ser usado para abater dívidas.

A consolidação das dívidas estaduais e municipais foi um dos principais pontos do Plano Real. Os Estados perderam seus bancos e o poder de emitir dívida, em troca de condições mais favoráveis que as de mercado para pagamento dos débitos. Com o tempo, conseguiram mudar a seu favor as condições de pagamento. As restrições ao aumento de pessoal e gastos correntes nunca foram cumpridas, mesmo com receitas em queda. Em alguns casos, como o do Rio de Janeiro, a arrecadação turbinada por royalties de petróleo serviu para ampliar gastos permanentes, que se tornaram impagáveis quando as cotações declinaram.

O regime de recuperação fiscal, ensaio fracassado de resolver o endividamento de Rio, Minas e Rio Grande do Sul, pressupunha teto de gastos pela **inflação** e proibição de aumento de pessoal. Foi ignorado. O projeto aprovado pelo Senado estabeleceu um regime tão ou mais frouxo que o novo regime fiscal do governo Lula. Em 2024, os entes federativos poderão gastar o quanto quiserem e essas despesas servirão de base para o exercício de 2025, corrigidas pelo

IPCA mais 1%, exclusive gastos de saúde e educação.

Interessado em mais crescimento, o presidente Lula, em busca de apoio político para a reeleição, aceita a piora das contas públicas no futuro. Em vez de negociar com três Estados inadimplentes mas sendo firme na cobrança de contrapartidas, aliviou as obrigações dos outros 24, que estavam em dia com seus pagamentos mas não poderiam ficar vendo concessões aos outros. Essas concessões todas fariam até algum sentido caso as contas da União estivessem em boa fase-não estão. O governo federal paga IPCA mais 5,5% de juros para se endividar enquanto reduzirá a zero os juros para os Estados. A permissão para aumento das despesas estaduais levará fatalmente a novas renegociações futuras, como parece ter virado praxe.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187958?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187958?page=1§ion=1)**

Y20 quer taxar super-ricos para capacitar os jovens

CAMILLA MUNIZ

Engajados em se fazerem ouvidos no debate de questões globais, jovens de todos os países-membros e convidados do G20 estão reunidos no Rio para finalizar, hoje, um documento com propostas que será entregue à Cúpula de Líderes do G20, em novembro. O objetivo é apresentar aos chefes de Estado os anseios da juventude para o futuro e pontos de vista alternativos para a solução dos principais desafios econômicos, sociais e ambientais atuais.

Participam da Cúpula do Youth20 -ou Y20, como é chamado o Grupo de Engajamento de Juventude do G20 criado em 2010 -29 delegações internacionais. E, pela primeira vez, os trabalhos estão sendo comandados por jovens brasileiros, já que o Brasil é estreado na presidência do grupo das maiores economias do mundo.

As demandas da juventude (pessoas de até 35 anos, no conceito do G20) aos líderes globais serão organizadas na publicação em cinco eixos temáticos prioritários: combate à fome, à pobreza e à desigualdade; mudanças climáticas, transição energética e desenvolvimento sustentável; reforma do sistema de governança global; inclusão e diversidade; e inovação e futuro do mundo do trabalho.

Uma das propostas que devem constar no **comunicado** do Y20 é a taxação dos super-ricos com o objetivo específico de criar um fundo que fomenta ações voltadas para a capacitação da juventude.

- Um quarto da população é jovem atualmente. Se garantirmos seus anseios e fizermos os investimentos certos, vamos ter uma segunda metade de século com uma população mais instruída e saudável, capaz de combater a precarização do trabalho e promover a inclusão. Quando não se faz isso, as pessoas envelhecem antes de prosperar. O que se faz com a juventude hoje define o futuro de todas as pessoas - defende o presidente do Y20 e do Conselho Nacional da Juventude, Marcus Barão.

Os integrantes do Y20 também discutem como profissionalizar os jovens e as possibilidades de que institutos federais que hoje funcionam no Brasil sejam implementados em outros países. Outra proposta que deve ser incorporada ao documento é o incentivo para

que jovens permaneçam no campo. O chefe da delegação brasileira no Y20, Philippe Silva, de 29 anos, lembra que há países que são líderes na produção de alimentos e, por contraste, são os que vivem mais próximo à fome.

-No Y20, temos discutido como os jovens podem ser incentivados a voltar para o campo para produzir e como seria possível estimular essa produção no sentido financeiro, com distribuição de terra.

ACESSO A MORADIA

O acesso a bens e serviços, como moradia, saúde e educação, é outra prioridade que estará no documento. A ideia é que o tema entre na agenda global levando em conta, inclusive, as populações nas zonas de conflito que existem hoje no mundo.

A delegação do Brasil no Y20 é composta por cinco jovens, selecionados a partir de um edital que recebeu mais de 50 inscrições de candidatos por vaga. Para a discussão das pautas prioritárias, que vem acontecendo desde o início do ano, a liderança brasileira do Y20 articulou, além das reuniões oficiais, uma estratégia pioneira para ampliar o debate e alcançar a sociedade civil.

Mais de 30 diálogos regionais com jovens de norte a sul, passando por territórios indígenas, comunidades quilombolas e favelas, foram organizados para garantir representatividade e pluralidade no processo.

- Acreditamos no lema "Nada para nós sem nós". O G20 representa 85% da economia mundial. Não dá para fazer discussões sem incluir os jovens. Nunca foi feito algo do tamanho que estamos fazendo -ressalta Barão.

O Y20 é um dos 13 grupos de engajamento que fazem parte do G20 Social, projeto que tem a finalidade de aumentar o envolvimento de atores não governamentais e abrir espaço para diferentes vozes nas atividades do bloco.

*

CLIMA E ENERGIA

Maria José Padilla Soberón, do México, 23 anos

A mexicana Mana José Padil-la Soberón, de 23 anos, é estudante de Relações Internacionais. Ela integra a delegação mexicana e veio ao Rio participar do Y20. Atua no grupo que discute mudanças climáticas e transição energética. -Defendemos que países em desenvolvimento tenham subsídios para a transição energética, e que haja desconto de **impostos** para pessoas que adquiram energia solar ou eólica e outros itens relacionados a energias limpas -diz. O grupo também propõe que se crie um "passaporte digital" para produtos alimentícios, de forma que o consumidor saiba de onde eles vêm, quanta água foi gasta na produção e que tipo de solo foi usado no cultivo. Assim será possível saber a pegada de carbono dos produtos. A ideia de "cidades de 10 minutos" também tem sido discutida. São cidades em que tudo fica a uma distância que pode ser percorrida a pé ou de bicicleta. -Isso implica melhorar muito o transporte público, principalmente em países do Sul Global.

DIVERSIDADE

Bora Kamwanya, da República Democrática do Congo, 30 anos

Bora Kamwanya, 30 anos, é vice-secretário-geral da União Pan-Africana da Juventude. Ele é da República Democrática do Congo e participa das discussões do Y20 porque a União Africana, que reúne 55 países do continente, foi convidada a integrar o G20 a partir deste ano. Para ele, a falta de inclusão impacta a economia global ao não garantir às mulheres o direito de trabalhar ou impedi-las de ocupar certos empregos. Outro problema é não dar oportunidade aos jovens, a quem empréstimos são negados por falta de garantias. -Na África, a juventude enfrenta exclusão financeira. Por que não implementar mecanismos que permitam emprestar dinheiro a jovens com juros baixos? Se não fizermos isso, nossos países não vão se desenvolver no mesmo ritmo dos demais. Ele continua: -Quando falamos de inclusão e diversidade, estamos falando de parar de olhar o mundo a partir de uma perspectiva eurocêntrica. África, Ásia e América Latina precisam avançar nessa agenda.

GOVERNANÇA

Rafsi Azzam Hibatullah Albar, da Indonésia, 22 anos

Rafsi Azzam Hibatullah Albar, de 22 anos, é estudante de pós-graduação na Academia de Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos de Genebra. Nascido na Indonésia, ele participa de discussões sobre a governança global. Para ele, a maneira como as relações internacionais foram formatadas no século passado não reflete o mundo de hoje: -As atuais instituições (como a ONU) foram

criadas após a Segunda Guerra Mundial, vêm de uma época em que o mundo estava dividido em dois blocos. O mundo agora é multipolar. Há uma urgência para que essas instituições passem por uma reforma. Na sua opinião, a resposta das instituições tem ficado aquém do necessário nos conflitos e emergências mundiais, como a pandemia: -A Organização Mundial da Saúde falhou em fornecer uma boa resposta global. Os países buscaram soluções individuais. Nós, jovens, acreditamos que é preciso que o mundo esteja mais conectado para resolver questões de clima e saúde.

TRABALHO

Juliette Marceaux, da França, 29 anos

A francesa Juliette Marceaux, secretária-geral do Institut Open Diplomacy, faz parte do grupo de discussão do Y20 sobre impacto da inovação no mercado de trabalho. Ela ressalta que há grande expectativa em relação a como as políticas públicas vão tratar temas como Inteligência Artificial. -Os jovens estão conscientes de que estamos no início de uma revolução social, econômica e industrial muito importante. Nossa principal preocupação é que o progresso técnico e científico não venha com regresso político e social. Precisamos criar políticas públicas inovadoras para prevenir retrocessos causados pelo uso insustentável da tecnologia e da Inteligência Artificial. Ela ressalta ainda que é preciso pensar o que seria um trabalho útil, ético e justo, que seja relevante e sirva ao progresso. -Como ajudar os trabalhadores a obterem novas habilidades ao longo de suas carreiras? Porque não estamos em um mundo onde você termina a escola e para de aprender.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Volta de vinculações vai custar R\$ 1,7 tri, estima IFI

O retorno da vinculação dos pisos de saúde e de educação à receita e dos benefícios previdenciários e assistenciais, do abono salarial e do seguro-desemprego à política de valorização do salário mínimo terá um impacto fiscal de R\$ 1,657 trilhão em dez anos, de acordo com cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI)-órgão de monitoramento das contas públicas ligado ao Senado Federal.

Somente em 2025, o impacto seria de R\$ 39 bilhões, sendo R\$ 17 bilhões devido ao reajuste dos benefícios previdenciários, R\$ 11 bilhões do piso da saúde, R\$ 8 bilhões do seguro-desemprego e R\$ 2 bilhões do piso da educação. Os dados consideram o cenário-base, a valores constantes de 2024.

A IFI destaca que essas rubricas vinculadas à receita e ao salário mínimo representam 60% das despesas primárias do governo central.

Nos últimos anos, a correção do salário mínimo considerava apenas a variação anual do índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Com o retorno da política de valorização, passou a considerar também o crescimento real do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos anteriores.

Já os pisos eram corrigidos apenas pela **inflação** durante o teto de gastos, mas voltaram a ser de 15% da receita corrente líquida, no caso da saúde, e 18% da receita proveniente de **impostos**, para a educação.

Ainda de acordo com os dados da IFI e considerando o cenário-base, a política de valorização do salário mínimo pode aumentar as despesas com Previdência, BPC, abono salarial e seguro-desemprego de 9,59% do **PIB**, em 2024, para 10,43% do **PIB**, em 2034, alta de 0,84 ponto percentual (p.p). Considerando a regra sem valorização do mínimo, a despesa se reduziria para 8,9% do **PIB** em 2034.

No caso dos gastos com saúde e educação, haveria uma certa estabilidade em proporção do **PIB**. O piso de educação sairia de 0,44% do **PIB** em 2024 para 0,43% em 2034, e o de saúde, de 1,75% para 1,70%. Já se houvesse reajuste apenas pelo IPCA, haveria uma queda: as despesas com educação encerrariam o ano de 2034 em 0,35% do **PIB**, e as com saúde, em 1,22%.

Os dados mostram, ainda, que haveria uma insuficiência dentro do limite de despesas do novo arcabouço fiscal para acomodação das despesas, devido às vinculações. "[O estudo] indica que tais medidas alteram a trajetória de resultados primários esperados e comprometem a sustentabilidade do limite de despesas", diz a IFI. (JS)

Somente em 2025, o impacto seria de R\$39 bilhões, calcula órgão fiscal ligado ao Senado

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187958?page=1§ion=1>

Plano econômico de Kamala deve reembalar projetos de Biden

Andrew Restuccia, Tarini Parti e Emily Glazer Dow Jones, de Washington

Logo depois de o presidente dos EUA, Joe Biden, ter anunciado a decisão de retirar-se da disputa eleitoral, um grupo informal de assessores econômicos começou discretamente a discutir como articular melhor as ideias da vice-presidente Kamala Harris para a economia. O desafio era diferenciar a candidata do chefe impopular, mas sem abandonar as políticas de Biden.

A equipe de Kamala agora trabalha em um arcabouço de políticas econômicas cujo foco é tornar a habitação mais acessível, reduzir custos para famílias, combater excessos empresariais e impulsionar pequenas empresas, de acordo com fontes envolvidas no tema.

O objetivo do plano é tomar claras as prioridades de Kamala para os eleitores, em meio às críticas de que ela não apresentou propostas detalhadas durante as primeiras semanas na campanha. Ainda assim, os contornos exatos do plano ainda estão sendo definidos. Acredita-se que Kamala testará essas mensagens na prática em um comício hoje, em Raleigh, na Carolina do Norte.

Quando ela de fato apresentar os planos nas próximas semanas, é improvável que ela se desvie muito de Biden, segundo seus assessores. Em vez disso, eles esperam pequenas mudanças de ênfase, que destaquem suas prioridades. Kamala planeja salientar seu histórico como procuradora, além de seu empenho em questões como licença familiar remunerada, tanto como senadora quanto como vice-presidente.

Kamala, a primeira mulher negra a se tornar candidata de um grande partido, é conhecida por incentivar sua equipe a analisar questões políticas sob a ótica de como elas afetam mulheres, crianças e minorias, e ela planeja reforçar essa mensagem na campanha. Ela apoiou abertamente as propostas do governo Biden para tornar os serviços de creche e de cuidado de idosos mais acessíveis.

"Ela reconhece que há partes específicas dentro dos compromissos compartilhados entre eles nas quais os valores e a voz dela podem brilhar particularmente", disse um assessor de Kamala.

Embora Biden tenha criticado várias vezes as empresas por suposta exploração de preços, os assessores de Kamala acreditam que podem usar a experiência da vice-presidente como procuradora-geral para atrair mais atenções para o tema durante a campanha.

Kamala fez do combate às irregularidades nas empresas americanas a parte central de seu discurso aos eleitores. "Como procura-dora-geral, responsabilizei os bancos de Wall Street por fraudes", disse em comícios recentes, referindo-se a seu papel em um acordo judicial entre Estados e credores de financiamentos imobiliários durante a crise de 2007-2010.

No sábado, em um sinal de que Kamala também está disposta a ir além de Biden nas medidas econômicas, ela defendeu o fim dos **impostos** sobre gorjetas, adotando uma ideia inicialmente proposta pelo rival republicano, Donald Trump. Biden tinha apoiado a proposta antes dos comentários de Kamala. A Casa Branca informou na segunda-feira, dois dias após o endosso de Kamala à proposta, que Biden também a apoia.

"Eles estão alinhados há três anos e meio", disse a secretária de imprensa da Casa Branca, Karine Jean-Pierre, nesta semana. "Não há divergências."

Kamala aderiu a partes essenciais da agenda de compromissos de Biden, ao mesmo tempo em que se distanciou de propostas que apoiou durante a campanha de 2020, quando se inclinou mais à esquerda ao competir contra progressistas como o senador independente Bernie Sanders. Nas últimas semanas, Kamala prometeu não aumentar **impostos** para quem ganha menos de US\$ 400 mil por ano, mantendo um elemento central da agenda econômica de Biden. Também recuou em seu apoio anterior à proibição da tecnologia de fraturamento hidráulico para extrair petróleo.

Enquanto preparam os planos de Kamala, seus assessores econômicos têm debatido até que ponto entrar em detalhes, de acordo com fontes a par das discussões, diante dos receios de alguns democratas de que divulgar um plano muito volumoso possa abrir a vice-presidente a críticas de republicanos e de membros do próprio partido. Acredita-se que o

arcabouço de políticas econômicas delineará áreas gerais apoiadas por ela, evitando muitos detalhes espinhosos. Os assessores dizem querer que os planos representem um contraste com Trump, mas sem parecer um documento técnico.

A ascensão de Kamala ao topo da chapa revigorou os democratas, e alguns aliados alertaram contra fazer qualquer coisa que possa desacelerar esse ímpeto, incluindo longas entrevistas à imprensa.

A equipe econômica de Kamala conta com nomes como Brian Nelson, ex-funcionário do Departamento do Tesouro; Mike Pyle, assessor de longa data de Kamala e ex-vice-assessor de segurança nacional de Biden para economia internacional; Brian Deese, ex-diretor do Conselho Econômico Nacional; Gene Sperling, ex-assessor econômico de Biden; Deanne Mil-lison, ex-principal assessora econômica de Kamala; Rohini Kosoglu, ex-assessora de política interna de Kamala; e Grace Landrieu, ex-assessora econômica de Biden.

A equipe de Kamala também pediu a opinião de funcionários antigos e atuais do governo Biden, como Bharat Ramamurti, ex-diretor adjunto do Conselho Econômico Nacional e auxiliar de longa data da senadora Elizabeth Warren.

Como vice-presidente, Kamala construiu bons relacionamentos com líderes empresariais, realizando jantares privados regulares com executivos. A equipe de Kamala buscou um feedback sobre os planos com Blair Efron, um investidor de Wall Street, cofundador do banco de investimentos Center-view Partners, e do ex-executivo do setor tecnologia Charles Phillips, copresidente da organização de líderes empresariais negros Black Economic Alliance, segundo fontes a par do assunto.

Kamala mantém relações próximas com o presidente do Banco Mundial, Ajay Banga; com o presidente da Microsoft, Brad Smith; e com Ken Chenault, ex-executivo da American Express e cofundador da OneTen, uma iniciativa para criar empregos bem remunerados para americanos negros.

Os planos de Kamala terão foco nas questões econômicas que afetam as famílias trabalhadoras com crianças pequenas, segundo seus assessores. Espera-se que ela defenda a licença familiar remunerada, serviços acessíveis de creche, redução dos custos da saúde e de medicamentos e a ampliação do crédito tributário para quem tem filhos. São questões propostas por Biden no início de seu mandato, mas que foram rejeitadas por republicanos e alguns democratas.

"Não há divergências entre Kamala e Biden"

Karine Jean-Pierre

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187958?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187958?page=1§ion=1)**

Congresso perdoa partidos e reduz cota racial em eleições

Brasília - O plenário do Senado aprovou, na noite de quarta-feira, a chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Anistia, que garante anistia a multas e outras irregularidades cometidas pelos partidos e reduz a cota para negros em eleições. O texto foi aprovado em primeiro turno por 51 votos a 15,2 votos a mais que os 49 exigidos para emendas à Constituição. No segundo turno, o placar foi um pouco maior: 54 votos a favor e 16 contra. Por se tratar de uma emenda, a PEC será promulgada diretamente, sem possibilidade de veto ou sanção presidencial. A proposta, que já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados, uniu a maioria dos partidos, desde aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) até correligionários do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), passando por siglas do Centrão, como PP e União Brasil. Apenas o Novo orientou voto contra no Senado. Na Câmara, a oposição à medida se restringiu ao Novo e ao Psol.

Apesar do amplo apoio partidário, a medida teve pouquíssima discussão tanto na Câmara como no Senado. Entre os deputados, nem sequer chegou a ser votada na comissão especial, o que deveria ocorrer em se tratando de PEC. Entre os senadores, o texto foi aprovado a jato, em uma semana, apesar de o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ter afirmando anteriormente que o assunto não seria discutido de forma açodada. A PEC da Anistia foi apresentada em março de 2023 com a assinatura de 184 deputados, incluindo os líderes do governo, José Guimarães (PT-CE), e da oposição, Carlos Jordy (PL-RJ).

Além de revogar a determinação de que negros devem receber verba eleitoral de forma proporcional ao número de candidatos e conceder perdão a irregularidades, a PEC abre ainda um generoso programa de refinanciamento de débitos aos partidos. Um dos objetivos da emenda é derrubar decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), válida desde 2020, que obriga os partidos a distribuírem a bilionária verba de campanha de forma proporcional ao número de candidatos brancos e negros (pretos e pardos). Na disputa de 2022, por exemplo, pretos e pardos deveriam ter recebido 50% da verba eleitoral de R\$ 5 bilhões, mas a determinação foi descumprida de forma generalizada pelos partidos.

Com a PEC, as legendas devem aplicar 30% dos

recursos nas candidaturas de negros, ou seja, ela reduz o percentual de cerca de 50% para 30%. Para as demais eleições, o projeto diz que os partidos que descumpriram a cota racial em 2020 e 2022 podem compensar essa distorção nas quatro disputas seguintes, de 2026 em diante, escapando assim de punição. O senador Paulo Paim (PT-RS), que é negro, protestou contra a decisão do Senado pela aceleração da votação, descumprindo um compromisso que havia sido feito por Pacheco. "A votação da PEC 9, na visão do movimento negro brasileiro, significa um retrocesso em relação a todas as conquistas normativas que aprovamos aqui no Congresso", afirmou o senador.

Apesar da promessa de Pacheco, senadores aprovaram um calendário especial para a votação e pularam ao menos três sessões de discussão no plenário. A PEC sobre cotas foi aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, pelo regimento interno, deveria aguardar ao menos cinco dias úteis antes da votação em primeiro turno. Outras três sessões são exigidas até a votação em segundo turno. Em outra frente, o relator do texto, senador Marcelo Castro (MDB-PI), que é presidente do MDB no Piauí e membro da executiva nacional do partido, manteve o que havia sido aprovado pela Câmara para acelerar a promulgação. Castro afirmou que a decisão do Supremo que obrigou a distribuição proporcional de recursos entre brancos e negros "criou um problema para os partidos" porque eles já tinham "equacionado como iriam dividir esses recursos".

"Essa PEC poderia se chamar de PEC da cota racial. Nós estamos criando um Refis para dar segurança financeira aos partidos. Poder-se-ia chamar também de PEC do Refis, mas nós estamos chamando de PEC da Anistia. E aí nós induzimos a opinião pública a ficar contra a PEC", disse. O texto coloca na Constituição que a imunidade tributária aos partidos estende-se a todas as sanções de natureza tributária, exceto as previdenciárias, abrangendo os processos de prestação de contas eleitorais e anuais. A PEC da Anistia abre um Programa de Recuperação Fiscal (Refis) específico para partidos políticos, seus institutos ou fundações, para a regularização de dívidas em até 15 anos (180 meses) com isenção de juros e multas acumulados.

reação negativa

Inicialmente, a proposta também perdoava as legendas por descumprirem a cota de gênero. Diante da reação negativa, o texto final manteve a determinação de que o dinheiro deve ser distribuído de forma proporcional ao número de candidatas, que não deve ser inferior a 30%. Entidades da sociedade civil que acompanham

as questões partidárias e eleitorais sempre condenaram a proposta e pediam mais debate sobre o tema. De acordo com nota conjunta divulgada pela Transparência Internacional - Brasil, Pacto pela Democracia e Movimento Transparência Partidária após a aprovação na Câmara, a medida representa "um grave retrocesso para a sociedade civil, para o sistema partidário, para o Congresso Nacional e, consequentemente, para a democracia brasileira".

De acordo com essas associações, há preocupação de uma anistia ampla e irrestrita diante do trecho da PEC que determina que a imunidade tributária dos partidos "estende-se a todas as sanções de natureza tributária, exceto as previdenciárias, abrangidos a devolução e o recolhimento de valores, inclusive os determinados nos processos de prestação de contas eleitorais e anuais".

No ano passado, o TSE havia concluído o julgamento das contas dos partidos relativas a 2017 e determinado a devolução aos cofres públicos de ao menos R\$ 40 milhões, a título de ressarcimento e multa, valor que ainda precisava ser corrigido pela **inflação**. Entre as irregularidades cometidas pelas legendas havia até a compra imotivada pelo extinto Pros (hoje Solidariedade), com dinheiro público, de quatro toneladas de carne em um ano.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/16/08/2024/p18?q=senac>

Meta exige superávit de R\$ 36 bi em 5 meses

Jéssica Sant"Ana De Brasília

O governo terá de gerar um superávit primário de R\$ 36 bilhões de agosto a dezembro para cumprir o limite inferior da meta de resultado primário, que admite um déficit de até R\$ 28,8 bilhões este ano. O cálculo é da Instituição Fiscal Independente (IFI) - órgão de monitoramento das contas públicas ligado ao Senado Federal - e foi divulgado no Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) referente a agosto.

De acordo com a IFI, com base em dados realizados até julho e projeções até o fim do ano, a despesa primária deverá se manter nos atuais níveis, em proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**), de agosto em diante. Porém, as receitas terão de crescer nestes cinco meses restantes para que se consiga chegar ao déficit máximo de R\$ 28,8 bilhões.

A instituição calcula que seria necessário incrementar a receita líquida em R\$ 94,1 bilhões de agosto a dezembro, dos quais R\$ 65,6 bilhões viriam das medidas extraordinárias de arrecadação, que carregam "elevado grau de incerteza".

"Nada indica, no entanto, que ocorrerá uma melhora substancial nas projeções de arrecadação em relação às estimativas mais recentes, apresentadas em junho", dizem os economistas Alexandre Andrade e Vilma Pinto, que assinam o RAF.

Eles destacam, ainda, que o terceiro relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento, apresentado dia 22 de julho pela equipe econômica do governo, trouxe um cenário "mais condizente para as despesas primárias", mas manteve um "viés mais otimista quanto ao comportamento das receitas no segundo semestre do ano".

Com as medidas extraordinárias de arrecadação, o governo espera levantar R\$ 87,1 bilhões no segundo semestre deste ano.

A IFI acredita, contudo, que será possível alcançar apenas R\$ 65,6 bilhões, uma diferença de R\$ 21,5 bilhões nas estimativas.

Já caso o governo mirasse o centro da meta de resultado primário - que é zero, o esforço fiscal necessário de agosto a dezembro subiria para R\$ 64,8 bilhões, pelos cálculos da IFI. Porém, o próprio governo admite não estar mirando na meta zero, ao ter contingenciado apenas R\$ 3,8 bilhões em despesas.

"Chama a atenção também o fato de o Executivo ter anunciado um contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões para o cumprimento do limite inferior da meta fiscal de 2024, sugerindo que a pretensão seria alcançar o piso, e não o centro do intervalo fixado para a meta do exercício", aponta a IFI.

Meta zero exigiria superávit entre agosto e dezembro de R\$64,8 bilhões, estima IFI

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187958?page=1§ion=1>

Visão do mercado sobre economia dos EUA vai de recessão a resiliência

Gabriel Caldeira De São Paulo (Colaboraram Ednaldo Magossi e Igor Sodré)

Menos de duas semanas depois de os mercados financeiros globais precificarem uma recessão econômica nos Estados Unidos, dados de atividade e do mercado de trabalho do país divulgados ontem afastaram a possibilidade de uma desaceleração mais brusca da economia americana e provocaram um forte movimento de apetite por risco que beneficiou, principalmente, o mercado acionário em Nova York, cujos principais índices subiram até 2%.

O avanço de 1,0% das vendas do comércio varejista entre junho e julho - bem acima da alta prevista de 0,3%-e a queda inesperada dos pedidos por seguro-desemprego a 227 mil na semana passada foram bem recebidos pelos investidores, ainda que apontem para uma resiliência econômica que pode impedir um início mais agressivo do ciclo de cortes nos juros pelo Federal Reserve (Fed, banco central americano) na reunião de setembro.

Ao fim do pregão de ontem, com os temores de recessão dissipados, as bolsas de Nova York voltaram a anotar valorização firme: o índice Dow Jones subiu 1,39%, para 40.563 pontos; o S P 500 teve alta de 1,61%, a 5.543 pontos; e o índice eletrônico Nasdaq avançou expressivos 2,34%, para 17.594 pontos. E foi diante desse tom positivo visto nos mercados acionários que o índice de volatilidade VIX, considerado o "termo metro do medo" em Wall Street, caiu para 15,23 pontos ontem, após ter atingido um pico de 65,73 pontos na semana passada.

O desempenho dos mercados nos últimos dias "sublinhou nossa visão de que os investidores devem evitar reagir exageradamente a surtos de volatilidade, especialmente durante períodos de baixa liquidez no verão "no Hemisfério Norte", aponta o diretor de investimentos (CIO) do UBS Global Wealth Management, Mark Haefele, em nota enviada a clientes. "Claro, novas oscilações são possíveis", diz o profissional, ao notar que os mercados têm reagido a dados que não costumam movimentar tanto os ativos.

"Portanto, os mercados provavelmente serão sensíveis a decepções de divulgações futuras mais importantes", diz Haefele. "Acreditamos que os mercados estarão alertas para sinais de que o crescimento econômico

dos EUA está desacelerando muito abruptamente e de que o Fed esperou muito tempo antes de cortar os juros."

Ao menos por enquanto, porém, os dados bem mais fortes que o esperado têm dado apoio à visão de um início de ciclo de flexibilização monetária mais modesto nos EUA. Não por acaso, a taxa da T-note de dois anos subiu de 3,966% para 4,101% ontem, enquanto o índice DXY, que mede o desempenho do dólar contra moedas fortes, teve alta de 0,47%, a 103,05 pontos.

De acordo com dados do CME Group, a probabilidade de uma redução de 0,5 ponto percentual nos juros americanos em setembro estava em apenas 23,5% no fim da tarde de ontem contra 76,5% de chance de um corte de 0,25 ponto. Além disso, o mercado diminuiu a precificação para o total de reduções nos juros ainda este ano e, agora, atribui probabilidade maior (45,9%) a uma corte acumulado de 0,75 ponto. Antes, a aposta majoritária era de uma redução de 1 ponto até o fim de 2024.

Para a economista-chefe da Principal Claritas, Marcela Rocha, não há sinal claro de recessão nos EUA e o que provocou a grande volatilidade dos mercados nas últimas semanas foi o "payroll" (relatório oficial do mercado de trabalho) fraco de julho. Para ela, o dado não pode ser visto como uma confirmação de forte desaceleração do mercado de trabalho, uma vez que ele sofreu com uma menor abertura de postos de trabalho no Texas após um furacão passar pelo estado.

Assim, Rocha avalia que o cenário não sofreu grandes alterações neste mês e, em sua visão, o ambiente ainda é de desaceleração gradual tanto da **inflação** quanto da atividade. "Não há nada que reflita risco de "pouso forçado". É uma acomodação depois de semestres de excepcionalismo", diz. Por isso, a economista acredita que o Fed deve iniciar o seu ciclo de cortes com uma redução de 0,25 ponto e manter esse ritmo nas duas últimas reuniões de 2024, a menos que o mercado de trabalho se deteriore, o que ela não acha provável.

O sócio e economista sênior da Occam André Duarte tem menos certeza quanto à próxima decisão do Fed e considera a próxima reunião "aberta" tanto para um

corte de 0,25 ponto quanto para uma redução 0,5 ponto. Ele concorda, no entanto, que será o "payroll" de agosto que definirá a questão. "Acho que o Fed está olhando muito a taxa de desemprego. Se permanecer em 4,3%, é suficiente para caracterizar uma deterioração" e abrir espaço para um corte maior dos juros, defende.

Quanto à possibilidade de recessão nos EUA, Duarte também se diz cético. Para ele, o Fed tem muito espaço para reagir, com flexibilização monetária, ao menor sinal de deterioração do mercado de trabalho. Assim, é improvável que um cenário de contração da atividade se materialize, mesmo que a economia americana perca força em um ritmo maior à frente.

"A economia americana parece saudável como um todo; apenas é um momento em que essa acomodação no mercado de trabalho gera alguma preocupação, mas autoridades americanas e o Fed, principalmente, têm os instrumentos necessários pra lidar com isso", diz.

Esse, contudo, não é o cenário base do Citi. O economista-chefe para os EUA do banco americano, Andrew Hollenhorst, mantém a sua previsão de corte de 0,5 ponto

percentual tanto em setembro quanto na reunião de novembro do Fed, diante da avaliação de que o mercado de trabalho do país irá enfraquecer mais fortemente nos próximos meses. "Se o "payroll" de agosto não fizer com que julho pareça uma exceção (por exemplo, se a taxa de desemprego não cair pelo menos 0,1 ponto), é provável que haja um corte de 0,5 ponto", diz Hollenhorst em relatório.

Para Rocha, da Principal Claritas, o cenário americano é benigno, mas o mercado deve manter cortes mais agressivos na mesa pelo menos até que os próximos dados do mercado de trabalho sejam divulgados. Em sua visão, será necessário observar também a resposta do Fed e se os dirigentes estão abertos a um início de ciclo de flexibilização monetária mais forte. O simpósio de Jackson Hole, que acontecerá entre os dias 22 e 24 de agosto, será importante nesse sentido, avalia.

"Será uma oportunidade para o [presidente do Fed, Jerome] Powell sacramentar esse corte [em setembro], mas acho que ele ainda não vai se comprometer com um ritmo ou a frequência dos cortes", prevê Rocha, ao dizer, ainda que, em relação à **inflação**, "o pior já ficou para trás". Ela, contudo, pondera que a convergência à meta ainda parece distante, o que deve manter o Fed cuidadoso. "Não pode cortar" [o juro] abaixo do neutro."

"Mercados provavelmente serão sensíveis a decepções de dados futuros mais importantes"

Mark Haefele

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187958?page=24§ion=1>